

Companhia de Gás do Ceará – CEGÁS

Notas explicativas às Informações Trimestrais de 30 de junho de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, ou de outra forma quando indicado)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

Constituída em 18 de outubro de 1993, a Companhia de Gás do Ceará – CEGÁS, doravante denominada “Companhia”, é uma sociedade por ações de economia mista, autorizada a funcionar de acordo com a Lei Estadual n.º 12.010 de 05 de outubro de 1992, tendo por objeto social promover a produção, a aquisição, o armazenamento, a distribuição e a comercialização de gás combustível e a prestação de serviços correlatos no Estado do Ceará.

A Companhia é concessionária exclusiva pelo prazo de 50 anos dos serviços de distribuição de gás canalizado em todo o Estado do Ceará, conforme contrato de concessão celebrado em 30 de dezembro de 1993.

NOTA 2. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, contemplando as modificações introduzidas pela Lei nº 11.941/09 e pela Lei nº 11.638/07 que alteraram a Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76, regulamentadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

NOTA 3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Em todas as informações financeiras apresentadas em reais os valores foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

NOTA 4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados de suas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a provisão para crédito de liquidação duvidosa e a provisão para contingências. Os resultados dessas transações e informações, quando de sua realização em períodos subsequentes, podem divergir das estimativas.

NOTA 5. MUDANÇAS NAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A seguinte nova norma foi emitida pelo IASB, e entrou em vigor em 1º de janeiro de 2019:

- IFRS 16 (NBC TG 06 R3) – Arrendamento mercantil (vigência a partir de 1º de janeiro de 2019)

A norma IFRS 16/ NBC TG 06 (R3) tem como objetivo unificar o tratamento contábil das operações de arrendamento, não mais fazendo a distinção entre arrendamento operacional e financeiro e exigindo dos arrendatários reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma:

- i) Contrato com um prazo inferior ou igual a doze meses; e
- ii) Possua um valor imaterial ou tenha como base valores variáveis.

Muito embora o novo pronunciamento não traga nenhuma alteração significativa no montante total que deverá ser levado ao resultado ao longo da vida útil do contrato, é correto afirmar que houve um efeito temporal no lucro líquido em função principalmente do método de reconhecimento dos juros e atualização monetária associados aos arrendamentos. As contas patrimoniais sofreram alterações significativas, se tomarmos como base o fluxo de pagamentos associado também a determinação de variáveis, tais como:

- i) Taxa de descontos;
- ii) Levantamento dos contratos que estarão cobertos pela isenção; e
- iii) Outros aspectos que necessitam de uma avaliação minuciosa para que possamos atribuir os valores exatos para fins de mensuração.

A Companhia optou pela abordagem de transição simplificada, a qual não requer a reapresentação de valores. Para isso, foi realizado estudo para verificar o impacto detalhado da aplicação desta norma nas demonstrações financeiras no período de adoção inicial e concluímos que as contraprestações de arrendamento, da Sede Administrativa, que em anos anteriores eram registradas como despesas de aluguel passaram a ser reconhecidas nas linhas de amortização do direito de uso e despesas financeiras.

O impacto para janeiro de 2019 é de R\$ 395, o qual foi contabilizado em contrapartida ao patrimônio líquido, conforme permitido pelo CPC 06.

A Companhia não espera que a adoção inicial do NBC TG 06 (R3)/IFRS 16 afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*).

NOTA 6. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação em contrário.

a) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem caixa, depósitos bancários, aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses ativos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício, na rubrica “Receitas financeiras” ou “Despesas

financeiras", dependendo do resultado obtido e de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras.

b) APLICAÇÃO FINANCEIRA

Incluem aplicações financeiras de curto prazo de média liquidez, cujos vencimentos originais são superiores a três meses, sendo após este prazo de carência mantidas para negociação pela Companhia.

c) CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E PERDAS ESTIMADAS NO RECEBIMENTO DE CRÉDITOS

São registradas no balanço pelo valor nominal os títulos representativos de créditos, sendo classificadas no ativo circulante e não circulante.

A perda estimada no recebimento de créditos é calculada por montantes considerados suficientes para cobrir possíveis perdas na realização das contas a receber. Para tanto, aplica-se os critérios definidos no art. 9º, § 1º da Lei nº 9.430/96, para vencidos até 07/10/2014, e no art. 2º, § 7º da MP 656/2014 convertida na Lei nº 13.097/2015, para vencidos a partir de 08/10/2014. A Companhia também realiza a análise dos títulos conforme o NBC TG 48 (Instrumentos Financeiros) a qual indica valores aproximados com o critério fiscal aplicado para o cálculo das perdas.

d) ESTOQUE

Os estoques de almoxarifado representam materiais e peças para alocação na manutenção de sua rede de distribuição e equipamentos, refletindo o plano de negócios da Companhia para os exercícios seguintes. Estão avaliados pelo custo médio de aquisição e não superam os preços de mercado

e) CONTRATO DE CONCESSÃO

Foi observada a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), correspondente à ITG 01 (R1), que orienta as empresas Concessionárias de Serviços Públicos a registrarem o direito de exploração relacionado ao contrato de concessão em suas demonstrações financeiras quando da ocorrência da seguinte situação: o Poder Concedente controla ou regulamenta quais serviços o Concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço. Desta forma, a Companhia reconheceu como intangível, em substituição ao imobilizado relativo à construção de infraestrutura e à aquisição de bens necessários para a prestação dos serviços de distribuição de gás, o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás.

Nos termos do contrato de concessão de distribuição de gás canalizado, que estão ao alcance do ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviços para o poder concedente quando constrói ou melhora a infraestrutura usada para prestar um serviço público por conta própria ou através de terceiros. Ao prestar o serviço, o concessionário deve mensurar e reconhecer a receita dos serviços que presta de acordo com o NBC TG 47.

A construção da infraestrutura é considerada como prestação de serviços ao Poder Concedente, sendo que a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual

ao custo, tendo em vista que não existe margem definida no Contrato de Concessão para esse serviço.

Essa prestação de serviço gera ao concessionário o benefício de poder cobrar do usuário do serviço, via tarifa, o retorno do valor dispendido, sem acréscimo, isto é, sem margem na atividade de construção.

Ao final do período da concessão, especificamente nos últimos 10 anos, quando não será mais possível a recuperação dos investimentos via tarifa, a concessionária registrará, como ativo financeiro a ser indenizável pelo poder concedente, os valores de investimentos realizados na construção da infraestrutura.

f) ATIVOS INTANGÍVEIS

Para os Ativos Intangíveis, foi observada a NBC TG 04 (R4), a qual define o tratamento contábil a ser dado aos ativos intangíveis que não são abrangidos especificamente por outros pronunciamentos. A Companhia apresenta, em seu ativo intangível, os valores referentes à construção de infraestrutura e à aquisição de bens necessários para a prestação dos serviços de distribuição de gás.

É demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada equivalente. Em atendimento ao ICPC 01 (R1), o Intangível decorre do Contrato de Concessão, e o seu montante é constituído pelo somatório dos valores desembolsados para a construção da infraestrutura e aquisição de bens necessários à prestação dos serviços de distribuição de gás, conforme divulgado na nota explicativa nº 17. A taxa para a amortização do Intangível é estabelecida no Contrato de Concessão firmado com o Governo do Estado do Ceará, que estabelece o prazo de 10 anos, estando, portanto, o método da amortização fundamentado no item 98B da Revisão de Pronunciamentos Técnicos N° 08/15 do Conselho Federal de Contabilidade, que estabelece a possibilidade da Companhia determinar sua taxa em decorrência de um fator limitante predominante que é inerente ao seu ativo intangível.

As amortizações dos itens que compõem o Intangível foram calculadas pelo método linear, e taxas anuais descritas na nota explicativa nº 17.

g) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS (VRA) – (*Impairment*)

Para o VRA, foi observada a NBC TG 01 (R4), que define procedimentos visando a assegurar que os ativos da sociedade não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou venda. Caso existam evidências claras de que ativos estão avaliados por valor não recuperável no futuro, a sociedade deverá imediatamente reconhecer a desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas, que pode ser revertida.

Através de estudos, foi demonstrado que o valor contábil líquido do grupo Intangível apresenta capacidade de recuperação, pois o valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, ou seja, seu valor em uso, é maior do que o seu valor contábil registrado.

O estudo que atestou a recuperabilidade dos ativos foi realizado tomando-se como base o ativo responsável pela geração de caixa, representado pelos bens necessários à prestação dos serviços de distribuição de gás, bens estes pertencentes ao Poder Concedente e registrados no grupo do Ativo Intangível.

O trabalho consistiu na elaboração de um fluxo de caixa projetado para período de dez anos, de 2019 a 2028. O período estimado no fluxo de caixa foi estabelecido em função da metodologia tarifária contida no Contrato de Concessão, que possibilita a inclusão na tarifa do gás, de uma parcela correspondente à remuneração dos investimentos realizados pela Concessão por um período de dez anos.

Na planilha do fluxo de caixa, foram considerados para o período de 2019 a 2023 os volumes de venda orçados no Plano Quinquenal da Companhia e, para o período de 2024 a 2028, foi projetado um crescimento médio de volumes de vendas na ordem de 2,67% para todos os segmentos de distribuição de gás atendidos pela Companhia, com exceção do segmento térmico, que não foi considerado para este cálculo.

Para os dados referentes aos custos variáveis, as despesas fixas e as tarifas de venda, foram utilizados os dados orçados no Plano Quinquenal da Companhia para o período de 2019 a 2023 e, para o período de 2024 a 2028, foram utilizados os valores orçados no ano de 2023 acrescidos da inflação acumulada nos últimos 12 meses de 3,78% a.a. projetados ano a ano para o período, pela aplicação desta última taxa de crescimento ao ano.

Tomando como base as premissas estabelecidas acima, elaborou-se um fluxo de caixa para um prazo de dez anos e apurou-se o seu valor presente com uma taxa de desconto baseada na taxa SELIC, que remunera o Custo de Oportunidade do Capital de 6,5% a.a. O resultado desse estudo demonstrou que os ativos da sociedade estão registrados contabilmente por um valor inferior àquele passível de ser recuperado por uso ou venda, com base no método de fluxo de caixa descontado, não havendo necessidade de registro de “*Impairment*”.

h) SUBVENÇÕES E ASSISTÊNCIAS GOVERNAMENTAIS

Para as Subvenções e Assistências Governamentais, foi observada a NBC TG 07 (R2), a qual define o procedimento a ser aplicado na contabilização e na divulgação de subvenção governamental e na divulgação de outras formas de assistência governamental. Considerando o disposto na referida NBC TG, a companhia registrou, diretamente no resultado do exercício pelo regime de competência, os incentivos fiscais decorrentes de doações ou subvenções governamentais recebidas.

i) PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A provisão para imposto de renda é constituída sobre o lucro real à alíquota de 15%, mais adicional de 10%, conforme legislação em vigor. E a provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 9% do lucro contábil ajustado, conforme legislação em vigor.

Além dos tributos normalmente incidentes sobre o lucro do período, foram reconhecidos no resultado os efeitos das diferenças temporárias entre o regime contábil da apropriação de receitas e despesas e o seu regime tributário, de acordo com a NBC TG 32 (R4).

j) JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Em conformidade com o disposto no artigo 9º da Lei nº 9.249/95 e regulamentação posterior, a Companhia contabilizou juros sobre capital próprio como despesa financeira. Para fins de apresentação das demonstrações financeiras e em atendimento à Deliberação CVM nº207/96, esses juros foram reclassificados de despesa financeira para lucros acumulados, não produzindo efeito no lucro líquido a não ser pelos impactos fiscais.

k) DIVULGAÇÕES SOBRE PARTES RELACIONADAS

Para as Partes Relacionadas, foi observada a NBC TG 05 (R3), a qual estabelece que as demonstrações financeiras da entidade contenham as divulgações necessárias para evidenciar a possibilidade de que sua posição financeira e seu resultado possam ter sido afetados pela existência de transações e saldos com partes relacionadas.

l) DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – DFC

Foram observadas as orientações da NBC TG 03 (R3) no que se refere à apresentação de informações acerca das alterações históricas de caixa e equivalentes de caixa de uma entidade por meio de demonstração que classifique os fluxos de caixa do exercício por atividades operacionais, de investimento e de financiamento. A Demonstração dos Fluxos de Caixa foi apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras divulgadas ao final de cada período.

m) DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

A Companhia elaborou a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) nos termos da NBC TG 09, a qual é apresentada como informação financeira adicional e tem por finalidade evidenciar as riquezas geradas pela entidade e a forma como tais riquezas foram distribuídas em determinado período.

n) PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Foi observada a NBC TG 25 (R2), a qual reconhece uma provisão em função de um evento passado que gera uma obrigação possível, estimada de maneira confiável e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade, sendo provável que um recurso econômico venha a ser exigido para liquidá-la.

As provisões para passivos contingentes são constituídas com base em pareceres jurídicos que classificam as contingências com perspectiva de perda provável, assim como os depósitos relativos às contingências. Se classificadas como de perda possível, são evidenciadas em nota explicativa. Quando a possibilidade de perda é remota, não há tratamento nas Demonstrações Contábeis.

o) AJUSTE A VALOR PRESENTE (AVP)

Para o Ajuste a Valor Presente, foi aplicada a NBC TG 12, que estabelece os requisitos básicos a serem observados quando da aplicação do ajuste a valor presente na mensuração de ativos e passivos, decorrentes de operações de longo prazo e operações relevantes de curto prazo, no momento inicial em que tais ativos e passivos são reconhecidos, bem como nos balanços subsequentes. Não foram realizados ajustes a valor presente em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

p) RECEITAS

Para a Receita, foi aplicada a NBC TG 47 que estabelece um modelo para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. Este pronunciamento substitui as orientações anteriores de reconhecimento da receita presente no

NBC TG 30 (R1) (IAS 18) - Receitas, NBC TG 17 (R1) (IAS 11) – Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, quando se tornou efetiva a partir de 01/01/2018.

O princípio fundamental do NBC TG 47 (IFRS 15) consiste em que a entidade deve reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens e serviços. Especificamente, a norma introduz um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita:

- Passo 1: Identificar o(s) contrato(s) com o cliente;
- Passo 2: Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato;
- Passo 3: Determinar o preço da transação;
- Passo 4: Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato;
- Passo 5: Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.

De acordo com este Pronunciamento, a entidade reconhece a receita quando (ou se) a obrigação de performar for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação são transferidos ao cliente.

Neste sentido, a CEGÁS reconhece receitas oriundas principalmente das seguintes fontes:

- Venda de gás canalizado;
- Prestação de serviços de movimentação de gás de autoprodutor.

A Companhia avaliou as principais fontes de receita da entidade, conforme discriminado acima, e entende que as mesmas representam obrigações de desempenho distintas, os quais deverão ser reconhecidas no determinado momento em que a entrega do gás e/ou o serviço é realizado.

q) ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NÃO DERIVATIVOS – RECONHECIMENTO E DESRECONHECIMENTO

A Companhia reconhece um ativo e um passivo financeiro inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalente de caixa, contas a receber e crédito de gás. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores e empréstimos e financiamentos.

NOTA 7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As disponibilidades da Companhia não absorvidas nas atividades operacionais ou de investimentos são mantidas em aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras têm diversos vencimentos, podendo ser resgatadas a qualquer tempo. Os valores aplicados estão acrescidos dos rendimentos até a data do encerramento dos períodos, conforme demonstrado:

DESCRIÇÃO	APLICAÇÃO	REMUNERAÇÃO	30/06/2019	31/12/2018
Caixa			1	1
Bancos			7	174
TOTAL DE CAIXA E BANCOS			8	175
Aplicações Financeiras				
Banco do Brasil	FUNDO BB	98% do CDI	161	16.859
Banco do Nordeste	CDB	99% a 100,25% CDI	74.772	74.832
Banco Safra	BOX-DI	100% a 101,5% CDI	24.776	16.636
Caixa Econ. Federal	CDB e FUNDO CEF	101% do CDI	14.139	13.713
Bradesco	Debêntures	99% do CDI	813	-
TOTAL DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS			114.661	122.040
TOTAL DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			114.669	122.215

NOTA 8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Abaixo demonstramos as aplicações de curto e longo prazo:

DESCRIÇÃO	TIPO DE APLICAÇÃO	REMUNERAÇÃO	30/06/2019	31/12/2018
Aplicações Financeiras Circulante				
Banco do Nordeste (a)	CDB	100% do CDI	-	4.684
TOTAL DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS			-	4.684

DESCRIÇÃO	TIPO DE APLICAÇÃO	REMUNERAÇÃO	30/06/2019	31/12/2018
Aplicações Financeiras Não Circulante				
Banco do Nordeste (b)	CDB	98 a 99% do CDI	3.916	3.800
TOTAL DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS			3.916	3.800

- (a) Esta rubrica registra as aplicações financeiras de curto prazo cuja data de liquidez pactuada entre a companhia e as instituições financeiras é superior a três meses e inferior a 12 meses. A aplicação existente em 31 de dezembro de 2018, foi totalmente resgatada no primeiro semestre de 2019.
- (b) Em 20 de agosto de 2014, a CEGÁS assinou contrato de número 16.2014.6002.16151, referente ao financiamento obtido junto ao Banco do Nordeste do Brasil, para construção e montagem voltado a expansão da rede de gasodutos da Companhia. A cláusula 20ª do contrato exige uma garantia complementar na forma de uma aplicação financeira que deverá ser mantida por todo o prazo contratual, com data prevista de término em 20 de agosto de 2024.

NOTA 9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

A Companhia, seguindo as melhores práticas de governança, bem como a NBC TG N° 05 (R3), segregou do contas a receber de clientes os montantes obtidos com partes relacionadas. Desta forma, os valores a receber da Petróleo Brasileiro S.A. e da Petrobras Distribuidora S/A, controladora e subsidiária da controladora da Gaspetro S/A, respectivamente, foram transferidos para rubrica de Contas a Receber com Partes Relacionadas no circulante e não circulante.

A Companhia realizou análise dos valores objeto de ações de cobrança judicial e reclassificou para o Não-Circulante os montantes cujas as expectativas de recebimentos ultrapassa o exercício social.

DESCRIÇÃO – CIRCULANTE	30/06/2019	31/12/2018
Contas a Receber Clientes	69.638	20.005
Contas a Receber com Partes Relacionadas	1.445	1.818

DESCRIÇÃO – NÃO CIRCULANTE	30/06/2019	31/12/2018
Contas a Receber Clientes	9.601	9.396
Contas a Receber com Partes Relacionadas	14.626	14.626

Assim, o Contas a Receber de clientes no Circulante e Não Circulante ficou evidenciado conforme abaixo:

DESCRIÇÃO – CIRCULANTE	30/06/2019	31/12/2018
Central Gera. Termelétrica Fortaleza	47.193	-
Companhia Siderurgica Do Pecem	3.600	3.444
Cerâmica Brasileira Cerbras Ltda	2.274	2.580
Ambev S.A.	1.396	1.696
Vm Revendedora De Petróleo Ltda	697	544
Mdias Branco S A Ind E Com De Alim.	667	324
Coml. Super De Deriv. De Petróleo Lt	562	551
Siderurgica Latino Americana S/A	420	4
J & J Com. De Comb Ltda	412	213
Posto Santa Izabel Ltda	380	360

Outros	12.089	10.331
Subtotal	69.690	20.047
(-) Perdas Estimadas no Recebimento de Créditos	(52)	(42)
TOTAL	69.638	20.005

DESCRIÇÃO – NÃO CIRCULANTE	30/06/2019	31/12/2018
Shell Brasil Ltda	8.534	8.534
Santana Têxtil S/A	852	852
Cauípe Geradora de Energia S/A	558	558
Outros	1.465	1.258
Subtotal	11.409	11.202
(-) Perdas Estimadas no Recebimento de Créditos	(1.808)	(1.806)
TOTAL	9.601	9.396

O risco de crédito das contas a receber advém da possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise da situação patrimonial e financeira de seus clientes, e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor. O prazo médio de recebimento das vendas é de 16 (dezesesseis) dias.

As Perdas Estimadas no Recebimento de Créditos foram constituídas com base na análise das duplicatas e valores a receber de clientes, em montante julgado suficiente para cobrir prováveis perdas na realização, segundo critérios definidos pela administração, como: valores em atraso superiores a 180 (cento e oitenta) dias, excluindo-se as antecipações contratuais restituíveis (penalidades) refletidas como adiantamentos de clientes no passivo.

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro 2018, as contas a receber por data de vencimento e desdobradas em venda de gás e penalidades estavam assim representadas:

DESCRIÇÃO – Venda de gás	30/06/2019	31/12/2018
A vencer	19.538	16.742
Vencidas em até 30 dias	2.075	2.641
Vencidas entre 31 e 365 dias	235	445
Vencidas há mais de 365 dias	922	714
TOTAIS	22.770	20.542

DESCRIÇÃO – Penalidades	30/06/2019	31/12/2018
A vencer	47.320	191
Vencidas em até 30 dias	319	27
Vencidas entre 31 e 365 dias	201	-
Vencidas há mais de 365 dias	10.489	10.489
TOTAIS	58.329	10.707

NOTA 10. CONTAS A RECEBER DE PARTES RELACIONADAS

Em 2019, como já evidenciado na Nota 9, a Companhia segregou das contas a receber no Ativo Circulante os valores referentes a transações com partes relacionadas, bem como transferiu para o longo prazo os montantes objeto de ações de cobrança judicial, com expectativas de recebimento que ultrapassam o exercício social. Na tabela abaixo, destacamos a composição do contas a receber com partes relacionadas:

DESCRIÇÃO – CIRCULANTE	30/06/2019	31/12/2018
Petrobras Distribuidora S.A. (i)	1.445	1.818
TOTAL	1.445	1.818

DESCRIÇÃO – NÃO CIRCULANTE	30/06/2019	31/12/2018
Petrobras Distribuidora S.A.	13.516	13.516
Petróleo Brasileiro S.A. (ii)	1.110	1.110
TOTAL	14.626	14.626

O valor registrado nestas rubricas refere-se a:

i) o montante de R\$ 1.445 refere-se a notas emitidas em junho de 2019 para a Petrobras Distribuidora, decorrente de vendas de Gás Natural Veicular aos postos de combustíveis BR.

ii) o valor de R\$ 1.110 a receber da Petróleo Brasileiro S.A. decorre de notas de débito emitidas pela CEGÁS, referente à cobrança de margem de comercialização gerada em função da aplicação de cláusula contratual, que trata de penalidades aplicadas por falha de fornecimento da Petrobras junto à CEGÁS, e com esta junto à Central Geradora Termelétrica Fortaleza – CGTF.

A possibilidade de aplicação de penalidade por falha de fornecimento de gás está prevista na Cláusula 9.8.2 do Contrato de compra e venda de gás natural assinado em 16 de setembro de 2002, entre a Companhia e a CGTF – Central Geradora Termelétrica Fortaleza, com a interveniência da Petrobras, com a finalidade de compra pela CGTF – Central Geradora Termelétrica Fortaleza e venda pela Companhia da quantidade 1.550.000 m³ diária (média diária anual).

Desta forma, em dezembro de 2017, a Petrobras não conseguiu fornecer gás à Companhia que, conseqüentemente, não forneceu a quantidade de gás solicitada pela CGTF – Central Geradora Termelétrica Fortaleza. Essas falhas de fornecimento geraram uma cobrança da CGTF – Central Geradora Termelétrica Fortaleza para a Companhia na ordem de R\$ 71.199, conforme notas de débitos abaixo relacionadas:

DESCRIÇÃO	Nº NOTA DE DÉBITO	VALOR R\$
Nota de Débito emitida pela CGTF	ND-010-17-R	68.813
Nota de Débito emitida pela CGTF	ND-001-18-R	2.386
TOTAL		71.199

Em contrapartida, a Companhia emitiu as seguintes notas de débitos contra à Petrobras, no valor total de R\$ 72.874.

DESCRIÇÃO	Nº NOTA DE DÉBITO	VALOR R\$
Nota de Débito emitida pela CEGÁS	ND 2370	47.962
Nota de Débito emitida pela CEGÁS	ND 2374	20.852
Nota de Débito emitida pela CEGÁS	ND 2382	2.386
Nota de Débito emitida pela CEGÁS	ND 2371	1.110
Nota de Débito emitida pela CEGÁS	ND 2375	407
Nota de Débito emitida pela CEGÁS	ND 2383	157
TOTAL		72.874

A Petrobras reconheceu a devida aplicação da penalidade apenas para as notas de débito ND 2374, 2375, 2382, e 2383, que totalizaram R\$ 23.801. Para as notas de débito ND 2370 e ND 2371 a Petrobras enviou carta à Companhia discordando dos valores cobrados e alegando a ocorrência de força maior, com base nos itens 9.8.2 do contrato supracitado.

As diferenças entre os valores cobrados pela CGTF – Central Geradora Termelétrica Fortaleza e os valores apurados e não reconhecidos pela Petrobras estão sendo objeto de julgamento em tribunal arbitral, conforme previsão contratual, não existindo uma solução até o encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2018.

A Companhia entende que não existem riscos e que não sofrerá qualquer prejuízo financeiro após a decisão final, em razão da uniformidade das cláusulas de ambos os contratos com a CGTF e com a Petrobras, no que se refere ao inadimplemento, entretanto reclassificou os valores do contas a receber para o longo prazo até que seja julgada a causa pelo Tribunal Arbitral.

Entre dezembro de 2017 e janeiro de 2018, a Petrobras efetuou os pagamentos para a Companhia das notas de débito ND 2374, 2375, 2382 e 2383, que reconheceu como devidas, obedecendo as cláusulas contratuais. E em janeiro de 2018, a CEGÁS repassou para a CGTF – Central Geradora Termelétrica Fortaleza, líquidos da sua margem de distribuição, os valores de R\$ 2.386 referente à nota de débito ND-011-18-R. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2018, os saldos a receber da Petrobras e a pagar à CGTF – Central Geradora Termelétrica Fortaleza encontravam-se registrados no ativo e passivo, respectivamente, conforme se verifica abaixo:

(A) ATIVOS – DESCRIÇÃO	Nº NOTA DE DÉBITO	2018
Nota de Débito emitida pela CEGÁS	ND 2370	47.962
Nota de Débito emitida pela CEGÁS	ND 2371	1.110
TOTAL (A)		49.072
(B) PASSIVOS – DESCRIÇÃO	Nº NOTA DE DÉBITO	2018
Nota de Débito emitida pela CGTF	ND-010-17-R	(47.962)
TOTAL (B)		(47.962)
Saldo a Receber Líquido (A – B)		1.110

NOTA 11. ESTOQUE

A Companhia registra o estoque de gás natural decorrente do armazenamento do produto em sua rede de distribuição canalizada. O valor apurado corresponde a capacidade instalada em sua malha de gasodutos que é de 73.076 m³, multiplicado pelo custo de aquisição do Gás em junho de 2019, que é de R\$ 1,2737 / m³. Os demais estoques referem-se a materiais de uso e consumo e a peças para manutenção.

ESTOQUES	30/06/2019	31/12/2018
Estoque de Gás Natural	93	92
Estoque de Materiais para Uso e Consumo	142	159
Estoque de Peças para Manutenção	240	417
TOTAL	475	668

NOTA 12. TRIBUTOS A RECUPERAR

Os impostos a compensar estão assim demonstrados:

DESCRIÇÃO – CIRCULANTE	30/06/2019	31/12/2018
IRPJ Pago a Maior	1	1
IRRF sobre aplicações financeiras	46	-
INSS (2)	137	137
PIS e COFINS- Arrendamento (3)	1.771	-
TOTAL CIRCULANTE	1.955	138

DESCRIÇÃO - NÃO CIRCULANTE	30/06/2019	31/12/2018
IRPJ e CSLL Diferido (1)	15.322	14.534
TOTAL NÃO CIRCULANTE	15.322	14.534

(1) O IRPJ e CSLL Diferidos referem-se à constituição de ativo fiscal oriundo de diferenças temporárias dedutíveis, apurados com base nos passivos contingentes conforme determina a NBC TG 32 (R3) – Tributos sobre o lucro.

(2) A CEGÁS, autora de uma causa junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, foi vitoriosa no processo onde houve o pleito da compensação de contribuições previdenciárias sobre a remuneração paga a diretores não empregados. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia reconheceu o ativo assim como a atualização do crédito, conforme a decisão judicial e os ditames legais. A Companhia está aguardando a habilitação do crédito para realizar a devida compensação.

(3) A Companhia realizou o reconhecimento do arrendamento da Sede conforme descrito nas Notas 5 e 17 e contabilizou o crédito de PIS e COFINS até o final do contrato em contra partida ao lançamento do arrendamento no Ativo Intangível, estando este último líquido.

NOTA 13. CRÉDITOS NAS OPERAÇÕES DE VENDA E AQUISIÇÃO DE GÁS

Os valores registrados nas contas Créditos nas operações de venda e aquisição de gás referem-se à aplicação de cláusulas contratuais dos contratos de suprimentos da Companhia, que garantem à CEGÁS o recebimento de gás decorrente do adiantamento de valores ao Supridor correspondentes aos compromissos firmes de aquisição de volumes de gás.

Em consonância com as regras contratuais, esses adiantamentos são baixados contra a conta de fornecedores, à medida que os volumes de gás são retirados do supridor, ou levando para o resultado como despesa de penalidades, no caso de expirado o prazo contratual para a retirada do gás.

Como os valores adiantados ao Supridor confere o direito a Companhia constituído quando do adiantamento, de retirar os correspondentes volumes de gás, estes montantes estão atualizados pela variação do preço do gás ao final do exercício social.

A composição da Conta Créditos nas operações de venda e aquisição de gás está demonstrada conforme segue abaixo:

DESCRIÇÃO – ATIVO CIRCULANTE	30/06/2019	31/12/2018
Contrato Petrobras – Suprimento Geral (ii)	847	2.886
Contrato Petrobras – Suprimento Geral (Variação Preço)	351	1.674
Outros Adiantamentos	8	157
TOTAIS	1.206	4.717

DESCRIÇÃO – ATIVO NÃO CIRCULANTE	30/06/2019	31/12/2018
Contrato Petrobras – Suprimentos Termofortaleza (i)	27.564	15.228
Contrato Petrobras – Suprimentos Termofortaleza (Variação Preço) (i)	10.716	10.716
TOTAIS	38.280	25.944

Os valores registrados nestas rubricas referem-se a:

i) Contrato Petrobras – Suprimentos Termofortaleza

Em 16 de setembro de 2002, foi assinado o Contrato de compra e venda de gás natural entre a Companhia e a Central Geradora Termelétrica Fortaleza, com a interveniência da Petrobras, com a finalidade de compra pela Termofortaleza e venda pela Companhia, da quantidade de 1.550.000 m³ diária (média diária anual) até o término do contrato, com compromissos firmes previstos em caso de retirada de quantidades mensais superiores a 110% (cento e dez por cento) e inferiores a 80% (oitenta por cento) da quantidade diária programada. A Companhia se compromete, ainda, a uma retirada mínima mensal e anual, conforme abaixo, sujeita à aplicação de penalidade pelo não cumprimento da cláusula denominada *Take or Pay*. O compromisso firme de retirada de volumes, quando não atingido, gera adiantamento de pagamento ao supridor assim determinado:

- a) a cada mês: calculado como 56% da Quantidade Contratada (“o compromisso de retirada mensal”) subtraído o volume retirado no mês, ao qual se aplica o preço unitário da parcela relativa à *commodity* do custo do gás vigente ao final do último dia do mês de fornecimento.
- b) a cada ano: calculado como 70% da Quantidade Contratada (“o compromisso de retirada

anual”) subtraído o volume retirado no ano, ao qual se aplica o preço unitário da parcela relativa à *commodity* do custo do gás vigente ao final do último dia do ano de fornecimento. O adiantamento ao supridor é realizado através de depósito à vista em conta bancária dos valores relativos aos volumes não consumidos, cujo crédito poderá ser recuperado, em quantidade de gás, até 365 dias após o final da vigência do contrato e no limite do valor do depósito corrigido pela variação do preço do gás.

Em 30 de junho de 2019, o saldo de adiantamento do Contrato Petrobras – Suprimento Termofortaleza totalizou o valor de R\$ 38.280, sendo R\$ 27.564 o valor principal e a atualização de R\$ 10.716 por variação no preço do gás. Como a CEGÁS mantém um contrato com o seu cliente Termofortaleza, nos mesmos moldes do seu contrato com a Petrobras, existe adiantamento pago pela Termofortaleza à Companhia no montante de R\$ 27.564, acrescida da margem de comercialização da CEGÁS no valor R\$ 5.408 e da atualização por variação de preço do gás no montante de R\$ 10.716, configurando um valor a ser realizado no futuro de R\$ 43.689 (Nota 20).

ii) Contrato Petrobras – Suprimento Geral

A Companhia ainda possui um compromisso com a Petrobras de compra de quantidades anuais de gás natural, o Contrato Firme Inflexível, na ordem 520.000 m³/ dia. Até o último ano de vigência deste contrato, a Companhia está sujeita à antecipação de valores ao supridor, no caso de os volumes de compras serem inferiores aos pactuados. Em 30 de junho de 2019, o montante de adiantamento era de R\$ 847 referente a principal e atualização de R\$ 351 por variação no preço do gás.

NOTA 14. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os saldos dos depósitos judiciais estão assim demonstrados:

DESCRIÇÃO – NÃO CIRCULANTE	30/06/2019	31/12/2018
Prefeitura Municipal de Fortaleza	10.572	10.275
PIS sobre faturamento	6.409	6.049
COFINS sobre faturamento	28.087	26.428
Ação Trabalhista – Depósitos Recursais	111	68
Órgãos Reguladores – ANP	280	280
Depósitos Judiciais Cíveis	152	152
IRPJ Depósito Judicial	761	761
TOTAIS	46.372	44.013

O valor de R\$ 10.572 refere-se aos recolhimentos dos depósitos judiciais efetuados nos meses de janeiro de 2009 a junho de 2019, decorrente de uma ação contra a Prefeitura Municipal de Fortaleza – PMF onde se questiona a cobrança de valores devidos pela instalação dos gasodutos no subsolo, determinadas pela Lei. Nº 8.744, de 10 de julho de 2003, que instituiu o pagamento de prestação pecuniária obrigatória a empresas que tenham infraestrutura instalada em logradouros públicos, no espaço aéreo, no solo e no subsolo do município de Fortaleza.

A Companhia também ingressou na justiça, através de uma ação declaratória, pleiteando o direito de não incidência de PIS e COFINS sobre os valores do ICMS – Substituição Tributária embutidos nas notas fiscais de aquisição de gás e repassados na tarifa do gás. Através de liminar concedida, a Companhia efetuou até março de 2019 o depósito judicial no montante de R\$ 6.409 referente ao PIS e de R\$ 28.086 referente à COFINS.

A CEGÁS também realizou depósito judicial de R\$ 280, em ação ordinária, referente à multa aplicada pela Agência Nacional de Petróleo – ANP, e depósitos de ações cíveis, no montante de R\$ 152.

O depósito judicial, no valor de R\$ 761, refere-se ao processo em que a CEGÁS declara a inexistência de crédito tributário, pleiteando a autora (Fazenda Nacional) a anulação de autuação realizada por conta da não inclusão de depósitos judiciais na base de cálculo do IR e do Lucro da Exploração.

NOTA 15. DESPESAS ANTECIPADAS

A Companhia registrou nessa rubrica pagamentos pertinentes a custos e despesas que se referem a períodos de competência subsequentes, apresentadas no balanço pelas importâncias aplicadas, diminuídas das apropriações efetuadas no período, de forma a obedecer ao regime de competência. A tabela a seguir evidencia os principais tipos de despesas antecipadas:

DESCRIÇÃO	30/06/2019	31/12/2018
Seguros dos Gasodutos	106	315
Seguros dos Veículos	-	6
Outros	4	58
TOTAIS	110	379

NOTA 16. DEPÓSITO REINVESTIMENTO

A Companhia iniciou, no ano de 2017, a opção pelo Incentivo Fiscal de Reinvestimento do IRPJ, realizando depósitos mensais de 30% (trinta por cento) sobre o IR devido e 50% (cinquenta por cento) de recursos próprios junto ao Banco do Nordeste do Brasil.

O Reinvestimento beneficia as pessoas jurídicas com empreendimentos em operação na área de atuação da Sudene, com o reinvestimento de 30% (trinta por cento) do Imposto devido, em projetos de modernização ou complementação de equipamento.

Os recursos liberados devem ser incorporados ao capital da empresa no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir do encerramento do exercício social em que houve a emissão do ofício de liberação pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.

O incentivo fiscal referente ao exercício de 2017 foi liberado em conta corrente da CEGÁS no dia 7 de maio de 2019, no valor de R\$ 443 (30%) e complemento de R\$ 666 (50%). O respectivo capital social, no montante de R\$ 443, será integralizado no 2º semestre de 2019.

NOTA 17. INTANGÍVEL

Os valores reconhecidos no Intangível decorrem do Contrato de Concessão e o seu montante total é constituído pelo valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão. O montante das amortizações acumuladas está destacado pelo total. Devido à característica das atividades operacionais, a amortização do intangível tem início quando o bem que lhe deu origem entra em operação. No quadro abaixo demonstra-se a composição atual da conta:

DESCRIÇÃO	30/06/2019				31/12/2018
	Taxa	Custo	(-) Amortização	Líquido	
Terrenos	10%	676	(504)	172	205
Edificações (Imóveis)	10%	2.821	(1.466)	1.355	1.496
Móveis e Utensílios	10%	2.308	(862)	1.446	1.226
Veículo Téc. Administrativo	10%	1.417	(841)	576	638
Veículo Diretoria	10%	172	(152)	20	23
Veículos Trans. de Gás	10%	577	(577)	-	-
Equip. de Process.	10%	2.190	(1.158)	1.032	1.079
Rede de Distribuição	10%	172.692	(83.566)	89.126	93.889
Maquinas e Equip.	10%	4.266	(1.827)	2.439	2.416
Benfeitoria em Imóveis	10%	450	(169)	281	289
Softwares	10%	9.742	(4.632)	5.110	5.516
Manual de rotinas ARCE	10%	50	(35)	15	17
Rede de Distrib. - Terceiros	10%	76	(19)	57	65
Arrendamento IFRS 16	10%	14.000	(2.076)	11.924	-
Obras em Andamento	10%	22.169	-	22.169	18.429
TOTAIS		233.606	(97.884)	135.722	125.288

No quadro abaixo apresenta-se a movimentação das contas ocorrida no exercício:

DESCRIÇÃO	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas/ Rever.	Transf.	Saldo em 30/06/2019
Terrenos	676	-	-	-	676
Edificações (Imóveis)	2.821	-	-	-	2.821
Móveis e Utensílios	1.985	323	-	-	2.308
Veículo Tec. Administrativo	1.417	-	-	-	1.417
Veículo Diretoria	172	-	-	-	172
Veículos Trans. de Gás	577	-	-	-	577
Equip. de Process.	2.142	48	-	-	2.190
Rede de Distribuição	170.720	775	(12)	1.209	172.692
Maquinas Equipamentos	4.047	162	-	57	4.266
Benfeitoria em Imóveis	436	14	-	-	450
Softwares	9.742	-	-	-	9.742
Manual de rotinas ARCE	50	-	-	-	50
Rede de Distrib. - Terceiros	76	-	-	-	76
Arrendamento – IFRS 16	-	14.000	-	-	14.000
Obras em andamento	18.429	5.154	(349)	(1.065)	22.169
TOTAIS	213.290	20.476	(361)	201	233.606

AMORTIZAÇÃO	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas/ Rever.	Transf.	Saldo em 30/06/2019
Terrenos	(471)	(33)	-	-	(504)
Edificações (Imóveis)	(1.325)	(141)	-	-	(1.466)
Móveis e Utensílios	(759)	(103)	-	-	(862)
Veículo Tec.	(779)	(62)	-	-	(841)
Veículos Trans. de Gás	(149)	(3)	-	-	(152)
Veículo Diretoria	(577)	-	-	-	(577)
Equip. Process. Dados	(1.063)	(95)	-	-	(1.158)
Rede de Distribuição	(76.831)	(7.096)	361	-	(83.566)
Maquinas Equipamentos	(1.631)	(196)	-	-	(1.827)
Benfeitoria em Imóveis	(147)	(22)	-	-	(169)
Softwares	(4.226)	(406)	-	-	(4.632)
Manual de rotinas ARCE	(33)	(2)	-	-	(35)
Arrendamento – IFRS 16	-	(2.076)	-	-	(2.076)
Rede de Distrib. Terceiros	(11)	(8)	-	-	(19)
TOTAIS	(88.002)	(10.243)	361	-	(97.884)
TOTAL LÍQUIDO	125.288	10.233	-	201	135.722

Em virtude da aplicação do ICPC 01 (R1), a taxa para a amortização dos itens que compõem o Intangível, é a estabelecida no Contrato de Concessão firmado com o Governo do Estado do Ceará, o qual estabelece o prazo de 10 anos. O método da amortização está fundamentado no item 98B da Revisão de Pronunciamentos Técnicos N°.08/15 aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade, que estabelece a possibilidade de a Companhia determinar sua taxa em decorrência de um o fator limitante predominante que é inerente ao seu ativo intangível.

Através de estudos efetuados, foi demonstrado que o valor contábil líquido do intangível apresenta capacidade de recuperação, pois o valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, ou seja, seu valor em uso é maior do que o seu valor contábil registrado, conforme define a NBCTG 01 (R3) que visa assegurar que os ativos da sociedade não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou venda.

NOTA 18. FORNECEDORES

O saldo da conta Fornecedores é composto em sua maior parte pelas obrigações a pagar à Petrobras pela aquisição de gás natural, a conta Outros refere-se a aquisições de bens destinados à construção da rede de distribuição de gás e à aquisição de materiais e serviços para a gestão e manutenção da máquina administrativa da Companhia, conforme demonstrado abaixo:

DESCRIÇÃO	30/06/2019	31/12/2018
Petrobras – Aquisição de gás natural	60.426	12.865
Petrobras – Serviço de manutenção da Rede de Gasodutos	5.514	5.282
Outros	6.801	13.306
TOTAL	72.741	31.453

NOTA 19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

DESCRIÇÃO	VENCIMENTO	CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
		30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Contrato Expansão Rede	2024	7.375	7.393	30.383	34.029
Contrato Rede Térmica	2015	12.134	12.134	-	-
Arrendamento – IFRS 16	2027	1.412	-	12.896	-
TOTAL		20.921	19.527	43.279	34.029

O Contrato Expansão Rede (Nº. 16.2014.6002.16151), assinado em 20 de agosto de 2014, refere-se ao financiamento obtido junto ao Banco do Nordeste do Brasil para construção e montagem do Gasoduto Linha Tronco e ramais de Conexão. O valor principal foi de R\$ 44.081, deduzidos dos custos a apropriar de R\$ 366, a ser pago em 72 (setenta e duas) parcelas mensais, vencida a primeira no mês de setembro de 2018. A taxa de juros efetiva sobre o principal é de 8,24% a.a. (oito inteiros e vinte e quatro centésimos por cento ao ano), e com desconto de 15% se pago em dia, capitalizados mensalmente e exigível trimestralmente durante o período de carência de 48 (quarenta e oito) meses, e mensalmente durante o período de amortização, a partir de setembro de 2018, juntamente com as prestações vincendas de principal. De 1º de janeiro de 2019 a 30 de junho de 2019, a Companhia pagou R\$ 1.369 a título de juros sobre o valor financiado.

O Contrato Rede Térmica refere-se ao financiamento obtido junto à Petrobras, pela construção e montagem da Estação de Medição e Regulagem de Pressão e do Gasoduto de Conexão, para atendimento ao cliente Termofortaleza, no valor principal de R\$ 4.896, a ser pago em 144 (cento e quarenta e quatro) parcelas mensais, vencida a primeira no mês de janeiro de 2004. As parcelas estão corrigidas, pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). As parcelas serão cobradas pela Petrobras quando o gasoduto construído for regularizado junto à ANP – Agência Nacional de Petróleo.

A Companhia reconheceu o arrendamento financeiro referente a sede administrativa conforme descrito na Nota 5. Assim no início do arrendamento, a CEGÁS separou os pagamentos entre aluguel e demais elementos do contrato com base no seu valor justo relativo. Os custos financeiros atribuídos ao passivo foram determinados com base na taxa de juros do contrato do financiamento vigente (8,24% a.a)

NOTA 20. DÉBITOS NAS OPERAÇÕES DE VENDA E AQUISIÇÃO DE GÁS

Os valores registrados nas contas Débitos nas operações de venda e aquisição de gás referem-se à aplicação de cláusulas contratuais dos contratos dos maiores clientes que garantem à Companhia o adiantamento de valores correspondentes aos compromissos firmes de aquisição de volumes de gás.

Em consonância com as regras contratuais, esses adiantamentos são baixados contra a rubrica contas a receber de cada cliente à medida que os volumes de gás são retirados pelos usuários ou levando para o resultado como receita de penalidades, no caso de expirado o prazo contratual para a retirada do gás.

O contrato com o cliente Termofortaleza estabelece que os valores adiantados correspondem a volumes de gás a serem retirados. Desta forma, estes montantes são atualizados pela variação do preço do gás ao final do exercício social. Os demais valores, que estão atrelados a outras modalidades contratuais, são mantidos a valores nominais.

A conta também contempla os valores de Cauções de Clientes dado em garantia contratual. A composição da Conta Débitos nas operações de venda e aquisição de gás está demonstrada conforme segue abaixo:

DESCRIÇÃO – CIRCULANTE	30/06/2019	31/12/2018
Contr. de Clientes – Compromisso de retirada de gás (i)	955	10.420
Cauções de Clientes (ii)	316	316
TOTAIS	1.271	10.736

DESCRIÇÃO – NÃO CIRCULANTE	30/06/2019	31/12/2018
Contrato Termofortaleza – Compromisso de Retirada de gás (iii)	32.973	17.684
Contrato Termofortaleza – Compromisso de Retirada de gás (Variação Preço) (iii)	10.716	10.716
Outros Adiantamentos – Cláusula Contratual (iv)	35.890	25.205
TOTAIS	79.579	53.605

Os valores registrados nestas rubricas referem-se a:

i) R\$ 955 refere-se a adiantamento dos clientes de valores correspondente ao cumprimento da cláusula contratual de compromisso firme de retirada de gás;

ii) R\$ 316 refere-se a cauções de clientes para cobrir possíveis inadimplências no pagamento das faturas de gás;

iii) R\$ 32.973 refere-se ao cumprimento da cláusula contratual de compromisso firme de retirada de gás emitido contra o cliente Termofortaleza, sendo \$ 27.564, acrescida da margem de comercialização da CEGÁS no valor R\$ 5.408 e da atualização por variação de preço do gás no montante de R\$ 10.716, configurando um valor a ser realizado no futuro de R\$ 43.689.

Conforme já explanado na Nota Explicativa nº 13, a CEGÁS mantém um contrato com o seu supridor Petrobras, nos mesmos moldes do seu contrato com a Termofortaleza, estando

registrado na conta Crédito nas operações de venda e aquisição de gás com o supridor Petrobrás o montante de R\$ 27.564 referente ao principal e R\$ 10.716 referente à atualização por variação no preço do gás.

iv) R\$ 35.890 refere-se à emissão de notas de débitos aplicadas a clientes em cumprimento ao disposto na cláusula contratual de compromisso firme de retirada de gás, que estão sendo objeto de ação judicial de cobrança e cuja expectativa de desfecho se estende além do exercício social. Desta forma, foram transferidos para o Passivo Não Circulante estando composto da seguinte forma:

DESCRIÇÃO – NÃO CIRCULANTE	30/06/2019	31/12/2018
Petrobras Distribuidora S/A (Parte Relacionada)	13.516	13.516
Shell Brasil Ltda	10.016	10.016
Siderúrgica Latino Americana S/A	10.484	-
Santana Têxtil S/A	1.068	1.068
Demais clientes	806	605
TOTAL	35.890	25.205

NOTA 21. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Consideram-se pessoal-chave da Administração os membros da diretoria estatutária, membros independentes do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria Estatutária da Companhia. Em 30 de junho de 2019, a Companhia registrou o montante de R\$ 439 (R\$ 411 em 30 de junho de 2018) relativo à remuneração do pessoal-chave da Administração e do Conselho Fiscal, a título de benefícios de curto prazo. Vale salientar que o valor dos honorários da Administração evidenciados na demonstração de resultado do período contempla a remuneração direta, compreendendo itens como salários, pró-labore e gratificações e a remuneração variável da Diretoria Estatutária, conforme descrito na Nota 23 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018.

NOTA 22. CAUÇÕES/VALORES EM CONTROVÉRSIA/SUBVENÇÕES

O registro na rubrica outros passivos no Circulante e Não Circulante referem-se ao saldo de subvenções de investimentos a apropriar, provisões para contingências, cauções contratuais, valores em controvérsia e participação financeira de clientes conforme demonstrado na tabela a seguir:

DESCRIÇÃO – CIRCULANTE	30/06/2019	31/12/2018
Subvenções de investimentos a apropriar	35	35
Cauções Contratuais	214	273
Valores em controvérsia – Termelétrica	1.110	1.110
Outros passivos	1	-
SALDO FINAL	1.360	1.418

DESCRIÇÃO – NÃO CIRCULANTE	30/06/2019	31/12/2018
Subvenções de investimentos a apropriar	85	102
Participação financeira de clientes	158	165
SALDO FINAL	243	267

Com relação às subvenções, a Companhia recebeu, no ano de 2012, a título de doação da Prefeitura de Aquiraz, um terreno avaliado em R\$ 350, estando destinado à construção de um ponto de transferência de gás da Petrobras para a CEGÁS e à construção de uma estação de odorização de gás natural.

Para a concretização da doação foram listados na escritura os seguintes condicionantes: o terreno deverá ser utilizado exclusivamente para a atividade comercial e/ou industrial da companhia; a construção deve ser iniciada em até 180 (cento e oitenta) dias da data da doação; devem ser cumpridas normas ambientais do município; a Companhia deverá contratar para trabalhar no empreendimento, preferencialmente, mão de obra local; está vedada a transferência, onerosa ou gratuita pelo prazo de 10 (dez) anos do terreno, e no caso de falência dentro do prazo de 10 (dez) anos, o terreno deverá ser devolvido ao município. A Companhia implementou todas as ações necessárias para o cumprimento do contrato de doação.

Desta forma, em virtude das cláusulas contratuais condicionantes e por força das orientações dadas pela Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), que determina que os ativos da Companhia sejam registrados no Ativo Intangível, o Terreno foi registrado na rubrica contábil: “Ativo Intangível” em contrapartida da rubrica contábil “Subvenções de Incentivo a Apropriar”, no Passivo. O reconhecimento da Receita de Doação foi apropriado ao resultado na parcela equivalente à amortização do período de acordo com a legislação vigente. Desta forma, foi reconhecido como receita em 2019 o montante de R\$ 18.

NOTA 23. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

As provisões para contingências registradas pela CEGÁS, com base na NBC TG 25 (R2) e parecer técnico da assessoria jurídica, no montante de R\$ 43.311, referem-se a demandas judiciais de natureza cível, administrativa, tributária e trabalhista em que a Companhia figura como Ré.

As provisões para contingências julgadas pela Companhia com risco de perda provável estão evidenciadas no quadro abaixo:

DESCRIÇÃO –CIRCULANTE	30/06/2019	31/12/2018
Contingências Cíveis	6	6
TOTAIS	6	6

DESCRIÇÃO – NÃO CIRCULANTE	30/06/2019	31/12/2018
Prefeitura Municipal de Fortaleza	10.572	10.275
PIS sobre faturamento	6.410	6.049
COFINS sobre faturamento	28.087	26.428
ARCE – Agência Reguladora do Ceará	57	57
ANP – Agência Nacional de Petróleo	280	280
Contingências Trabalhistas	101	222
TOTAIS	45.507	43.311

O valor de R\$ 10.572 corresponde à provisão para contingência fiscal, cobrada pela Prefeitura Municipal de Fortaleza – PMF nos meses de janeiro de 2009 a dezembro de 2017

correspondente às prestações determinadas pela Lei. Nº 8.744, de 10 de julho de 2003, a qual instituiu o pagamento de prestação pecuniária obrigatória a empresas que tenham infraestrutura instalada em logradouros públicos, no espaço aéreo, no solo e no subsolo do município de Fortaleza.

A partir de dezembro de 2006, a Companhia também passou a constituir uma provisão para contingência tributária, por uma possível iminência de autuação fiscal, pelo procedimento tributário de creditar-se de PIS e COFINS sobre o ICMS-Substituição Tributária que é pago pela aquisição de gás natural da Petrobras.

A Companhia entrou na justiça, através de uma ação declaratória, pleiteando uma declaração de inconstitucionalidade da incidência destas obrigações tributárias e, através de liminar concedida, efetuou até dezembro de 2018 o depósito judicial da obrigação constituída no montante de R\$ 6.410 referente ao PIS e R\$ 28.087 referente à COFINS.

Os valores de R\$ 57 e R\$ 280 referem-se a provisões de penalidades impostas pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará, e pela Agência Nacional de Petróleo respectivamente. Essas punições ainda estão em fase de defesa por parte da Companhia nas instâncias administrativas e judiciais. Ações trabalhistas nas quais a Companhia é demandada referem-se, sobretudo, ao reconhecimento de vínculo empregatício e a verbas de natureza salarial.

DESCRIÇÃO	30/06/2019	31/12/2018
Saldo Inicial	43.311	38.997
Constituição de Provisão no Período	2.196	4.314
SALDO FINAL	45.507	43.311

Os passivos contingentes classificados, em 30 de junho de 2019, pela Assessoria Jurídica da Companhia como de perda possível e que não estão provisionados estão evidenciados no quadro abaixo:

Natureza	Valor da Causa
Trabalhista	445
Cível	7.485
Tributária	2.850
SALDO FINAL	10.780

NOTA 24. DESTINAÇÃO DO LUCRO DO EXERCÍCIO E DIVIDENDOS A PAGAR

O Estatuto Social da companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido, ajustado pelas movimentações patrimoniais das reservas, conforme determinado pela Lei nº 6.404/76, nos termos do seu artigo 202 e suas posteriores alterações. E o artigo 4º do Estatuto da Companhia determina o pagamento mínimo aos titulares de ações preferenciais no montante de 6% do capital social.

O pronunciamento técnico ICPC 08 estabelece que o dividendo adicional ao mínimo obrigatório contido em proposta da administração efetuada antes da deliberação em Assembleia Geral deve ser mantido no patrimônio líquido em conta específica “dividendo

adicional proposto". Os Juros sobre o Capital Próprio foram imputados aos dividendos obrigatórios nos anos de 2018 e de 2017.

Os dividendos adicionais propostos em aberto em 31 de março de 2019 referente a 31 de dezembro de 2018, foram pagos em 30 de abril de 2019 no valor de R\$ 27.216 e estão demonstrados a seguir:

DIVIDENDOS PROPOSTOS	2018	2017
Lucro Líquido do Exercício	56.674	61.637
(-) Reserva Legal – 5% até o limite de 20% do capital	(2.369)	(2.666)
(-) Reserva de Incentivos Fiscais – IRPJ	(11.404)	(12.289)
(=) Dividendos propostos	42.901	46.682
(-) Juros sobre capital próprio líquido (A)	(8.759)	(8.351)
(-) IRRF Sobre Juros Remuneratórios do Capital Próprio	(1.245)	(1.188)
(=) Total dos Dividendos a pagar (B)	32.897	37.143

DIVIDENDO MÍNIMO EXIGIDO ESTATUTO SOCIAL	2018	2017
Capital Social de Ações Preferenciais	83.753	75.855
Dividendo Mínimo Obrigatório Ações Preferenciais (6%) (C)	5.025	4.551

CÁLCULO DIVIDENDO OBRIGATÓRIO LEI 6.404/76	2018	2017
(=) Base de cálculo dos dividendos propostos	42.901	46.682
Dividendo Obrigatório (25%) (D)	10.726	11.671
(-) Juros sobre capital próprio líquido (A)	(8.759)	(8.352)
Dividendo mínimo (D - A)	1.967	3.319
Dividendos mínimos Ações Preferenciais (E)	1.311	2.212
Dividendos mínimos Ações Ordinárias (F)	656	1.106

DIVIDENDOS MÍNIMOS EXIGIDOS	2018	2017
Dividendo Mínimo Obrigatório Ações Preferenciais (C)	5.025	4.551
Dividendos mínimos Ações Ordinárias (F)	656	1.106
Total Dividendo Mínimo Exigido (C + F)	5.681	5.657

Dividendos adicionais propostos pela Administração (B - C - F)	27.216	31.486
---	---------------	---------------

NOTA 25. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS DOS EMPREGADOS E BÔNUS DE DESEMPENHO DOS DIRETORES

Em conformidade com as disposições contidas na Lei N.º 10.101/2000 e com a Política de Participação nos Lucros e Resultados aprovada pelo Conselho de Administração, a Companhia estipulou o Programa de Participação nos Lucros e Resultados dos empregados (PPLR) com anuência do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Petróleo nos Estados do Ceará e Piauí – SINDIPETRO-CE/PI e o programa de Bônus de Desempenho a título de participação nos lucros dos diretores para o exercício 2018. Foram estabelecidas as Metas Corporativas para o período, bem como os critérios de sua mensuração, documento este que foi aprovado pelo Conselho de Administração em 22 de janeiro de 2018, nos termos da ata da sua 159ª Reunião.

O valor provisionado para o exercício de 2018 pagos em 30 de abril de 2019 a título de Participação nos Lucros e Resultados aos empregados foi de R\$ 981, e de Bônus de

Desempenho a título de participação nos lucros para diretores foi de R\$ 98, tendo sido calculados com base na apuração de realização das Metas Corporativas fixadas para o referido exercício, e das metas setoriais negociadas entre diretores e colaboradores.

NOTA 26. CAPITAL SOCIAL

Em 30 de junho de 2019, assim como em dezembro de 2018, o capital social estava composto de 39.400.000 ações sem valor nominal, sendo 13.133.334 ações ordinárias e 26.266.666 ações preferenciais, todas de classe única, de acordo com a distribuição a seguir:

ACIONISTAS	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Capital Votante (%)	Capital Total (%)
Estado do Ceará	6.698.000	-	51,00	17,00
Petrobras Gás S/A – GASPETRO	3.217.667	13.133.333	24,50	41,50
Mitsui Gás e Energia Ltda.	3.217.667	13.133.333	24,50	41,50
TOTAIS	13.133.334	26.266.666	100,00	100,00

As ações preferenciais são nominativas, não possuem valor nominal, não têm direito a voto e gozam da prioridade no recebimento de dividendo mínimo obrigatório e no reembolso do capital em caso de liquidação da Companhia.

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de novembro de 2018 aprovou o aumento de capital, com a incorporação de reserva de incentivos fiscais, no montante de R\$ 11.846 sem modificação da quantidade de ações existentes. A participação de cada sócio está demonstrada na tabela abaixo:

ACIONISTAS	% Total de Ações	Vr. Das Ações Ordinárias	Vr. das Ações Preferenciais	Vr. Total
Estado do Ceará	17,00	21.358	-	21.358
Petrobras Gás S/A – GASPETRO	41,50	10.260	41.876	52.135
Mitsui Gás e Energia Ltda.	41,50	10.260	41.876	52.135
TOTAL	100,00	41.878	83.752	125.628

NOTA 27. RECEITA LÍQUIDA – VENDA DE GÁS E SERVIÇOS

A receita líquida por natureza está demonstrada na tabela abaixo:

DESCRIÇÃO	30/06/2019	30/06/2018
Receita Bruta	299.059	267.490
Venda de Gás	292.328	267.299
Prestação de Serviços	149	191
Receita de Construção	6.582	-
(-) Deduções da Receita Bruta	(80.530)	(66.250)
Venda de Gás	(80.516)	(66.232)

Prestação de Serviços	(14)	(18)
(=) Receita Líquida	218.529	201.240
Venda de Gás	211.812	201.067
Prestação de Serviços	135	173
Receita de Construção	6.582	-

Nas deduções da Receita Bruta, foi considerado o Decreto nº 24.569/97, do Governo do Estado do Ceará, através da Secretaria da Fazenda, que determina atribuir à Companhia a condição de sujeito passivo por substituição tributária, nas operações de aquisição de gás natural.

NOTA 28. CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS POR NATUREZA

O custo dos produtos vendidos e serviços prestados por natureza estão demonstrados na tabela abaixo:

DESCRIÇÃO	30/06/2019	30/06/2018
Custo de Aquisição do Gás Natural	158.915	150.336
Custo de Pessoal	1.690	1.614
Custo dos Serviços Prestados	2.262	2.894
Custo de Aquisição de Materiais	43	206
Custo de Amortização Operacional	6.741	6.380
Custo de Construção	6.582	-
Outros	372	319
TOTAL	176.605	161.749

NOTA 29. DESPESAS POR NATUREZA

As despesas por natureza de gastos estão demonstradas na tabela abaixo:

DESPESAS POR NATUREZA	30/06/2019	30/06/2018
Despesa de Pessoal	5.340	4.149
Despesas dos Serviços prestados	2.749	2.175
Despesas de Aquisição de Materiais	32	46
Despesas de Amortização Administrativa	1.677	846
Despesas Gerais e Administrativas	1.829	2.575
Despesas Tributárias	2.052	1.543
TOTAL	13.679	11.334

NOTA 30. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

Outras Receitas Operacionais referem-se às penalidades originadas por aplicação de cláusulas contratuais com os clientes. As Outras Despesas Operacionais são penalidades concernentes ao contrato de compra e venda de gás com o supridor Petrobras e Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa. As Outras Receitas e Despesas estão discriminadas na tabela a seguir:

DESCRIÇÃO – RECEITAS (A)	30/06/2019	30/06/2018
Penalidade de retirada de gás a maior e a menor	578	350
Penalidade de transporte de gás térmico (<i>Ship or pay</i>)	-	5.130
Penalidade de Falha de fornecimento	1.135	102
Penalidade de retirada de gás (Binomial)	1.358	1.684
Multa contratual	-	155
Receita capacidade de transporte	329	443
Receita variação preço gás	69	648
Reversão provisões contingências cíveis	-	107
Reversão provisões contingências trabalhista	90	-
Outras receitas operacionais	643	1.048
Total de Outras Receitas Operacionais (total)	4.202	9.667
DESCRIÇÃO – DESPESAS (B)	30/06/2019	30/06/2018
Penalidade de retirada a maior e a menor	(894)	(1.062)
Penalidade de transporte de gás térmico (<i>Ship or pay</i>)	-	(5.130)
Provisão créditos liquidação duvidosa	(22)	(53)
Provisão contingências trabalhistas	(4)	(38)
Outras despesas operacionais	-	(108)
Provisão contingências cíveis	(1)	-
(-) Outras Despesas Operacionais (total)	(921)	(6.391)
TOTAL (A-B)	3.281	3.276

NOTA 31. RESULTADO FINANCEIRO

DESCRIÇÃO – Receitas Financeiras	30/06/2019	30/06/2018
Receitas de Aplicações Financeiras	3.935	3.818
Outras Receitas Financeiras	480	299
TOTAL	4.415	4.117

DESCRIÇÃO – Despesas Financeiras	30/06/2019	30/06/2018
Juros de Financiamentos	1.678	2.077
Despesa Financeiras - Arrendamento	578	-
Outras Despesas Financeiras	15	1
TOTAL	2.271	2.078

As Despesas Financeiras estão representadas por juros de financiamento no montante de R\$ 1.678, referente ao contrato de financiamento firmado com o Banco do Nordeste do Brasil

para expansão da rede de gasodutos, e à cláusula do contrato firmado com a Petrobras para construção e montagem do gasoduto para atendimento a Termofortaleza, conforme Nota Explicativa nº 19.

As Receitas Financeiras estão representadas por rendimentos de aplicações financeiras a taxas demonstradas nas Notas Explicativas nº 7 e 8.

NOTA 32. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

DESCRIÇÃO	30/06/2019	30/06/2018
Processos Judiciais com Depósitos Integrais	788	631
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS	788	631

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada a seguir:

Efeito da CSLL	30/06/2019	30/06/2018
Lucro Antes da CSLL após reversão do JRCP	33.670	33.472
(-) Despesas JRCP	(5.315)	(4.887)
Lucro Antes da CSLL	28.355	28.585
(+) Adição ao lucro real	4.090	2.092
Depósitos Judiciais	2.316	1.857
Multas Indedutíveis	230	1
Incentivos fiscais Lei Rouanet	95	50
Incentivos fiscais produção cinematográfica	12	-
Incentivos fiscais FDCA	40	-
Provisão para contingências trabalhistas	4	146
Programa emp. Cidadã - Sal. Matern 60 dias	16	13
Despesa Financeira e Amortização IFRS 16	1.352	-
Outras	25	25
(-) Exclusões	(1.224)	(107)
Reversão de provisões não dedutíveis	(90)	(107)
Reversão de aluguéis IFRS 16	(1.134)	-
Alíquota	9%	9%
Contribuição social corrente	(2.810)	(2.751)
Contribuição social diferida	208	167
TOTAL	(2.602)	(2.584)

Efeito do IRPJ	30/06/2019	30/06/2018
Lucro Antes do IRPJ após a reversão do JRCP	33.670	33.472
(-) Despesas JRCP	(5.315)	(4.887)
Lucro Antes do IRPJ	28.355	28.585
(+) Adição ao lucro real	4.090	2.092
Depósitos Judiciais	2.316	1.857
Multas Indedutíveis	230	1
Incentivos fiscais Lei Rouanet	95	50
Incentivos fiscais produção cinematográfica	12	-
Incentivos fiscais FDCA	40	-
Provisão para contingências trabalhistas	4	146

Programa emp. Cidadã - Sal. Matern 60 dias	16	13
Despesa Financeira e Amortização IFRS 16	1.352	-
Outras	25	25
(-) Exclusões	(1.224)	(107)
Reversão de provisões não dedutíveis	(90)	(107)
Reversão de aluguéis IFRS 16	(1.134)	-
Alíquota	25%	25%
Imposto de renda corrente	(7.794)	(7.631)
Imposto de renda diferido	580	464
TOTAL	(7.214)	(7.167)

Conforme determina a NBC TG 32 (R3) – Tributos sobre o Lucro, foram constituídos no exercício os valores do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias dedutíveis existentes na data do balanço e, apurados com base nas provisões para riscos fiscais e passivos contingentes, sendo tais valores adicionados à base de cálculo do lucro real.

A previsão fornecida pelos advogados da Companhia para o desfecho dessas diferenças temporárias ocorrerá até o exercício findo em dezembro de 2022.

Os valores pagos correspondentes ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido estão demonstrados na tabela abaixo:

	30/06/2019	30/06/2018
Imposto de Renda (IRPJ)	1.586	1.349
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	2.810	2.817
Total	4.396	4.166

NOTA 33. RESERVAS DE LUCROS

Em 22 de junho de 2004, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE expediu o Laudo Constitutivo nº123/04, que concedeu a redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis sobre o lucro da exploração da atividade de produção de gás natural, por um prazo de 9 anos, na quantidade ampliada de 1.003.750.000 m³/ano, a partir do exercício de 2005.

Em 06 de outubro de 2009, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE expediu o Laudo Constitutivo nº 114/09, que concedeu a redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis sobre o lucro da exploração, da atividade de produção de gás natural, por um prazo de 10 anos, na quantidade ampliada de 1.313.750.000 m³/ano, a partir do exercício de 2009.

O valor do incentivo fiscal é contabilizado em conta de resultado em contrapartida da conta de Reserva de Lucros no Patrimônio Líquido, devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízo contábil, conforme previsto no artigo 523 do Regulamento do Imposto de Renda.

A rubrica reserva de lucros abrange, além da reserva de incentivos fiscais, a reserva legal, que, no ano de 2018, foi constituída conforme Nota Explicativa nº 22 e acumula saldo de R\$ 25.126.

Os valores de incentivos fiscais e reserva legal apurados estão demonstrados na tabela abaixo:

RESERVA DE LUCROS	30/06/2019	31/12/2018
Incentivos Fiscais SUDENE	11.847	11.847
Reserva Legal	25.126	25.126
TOTAL	36.973	36.973

NOTA 34. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade de ações ordinárias e preferenciais. A Companhia optou por incluir as ações preferenciais no cálculo, tendo em vista seu direito a dividendo igual ao das ações ordinárias. No caso da Companhia, não existe ações em tesouraria que diluam o cálculo do lucro por ação, não havendo, nesse caso, diferença entre o lucro básico e o lucro diluído. No quadro a seguir, estão apresentados os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação.

DESCRIÇÃO	30/06/2019	30/06/2018
Lucro Líquido atribuído ao acionista	30.230	29.883
Total de Ações Ordinárias e Preferenciais	39.400	39.400
Lucro/Ação	0,77	0,76

NOTA 35. PARTES RELACIONADAS

As transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas, foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações. Enfatiza-se que transações mercantis com a empresa ligada Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras são realizadas de acordo com os preços praticados pelo mercado.

A CEGÁS possui contrato de compra de gás firme inflexível firmado com a Petrobras, assinado em novembro de 2014, garantindo o fornecimento de 520.000m³/dia de gás de natural com vigência até dezembro de 2019. A companhia também possui contrato de venda de gás natural veicular firmado com a Petrobras Distribuidora S.A. em 13 de dezembro de 2001, com compromisso contratado de fornecimento de 60.000m³/dia. Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2019 e de 31 de dezembro de 2018 estão demonstrados na tabela a seguir:

ANO	Parte Relacionada / Operações	Fornecedor	Financiamento	Adiant. a Fornecedor	Contas a Pagar	Contas a Receber	Div. Mínimos (25%)
30/06/2019	Estado Ceará	-	-	-	-	-	-
	Petrobras	65.940	12.134	74.302	-	-	-
	Gaspetro	-	-	-	21	-	-

	BR Distribuidora	-	-	-		14.961	-
	Mitsui	-	-	-	38		-
31/12/2018	Estado Ceará	-	-	-	-	-	333
	Petrobras	18.147	12.134	30.504	-	-	-
	Gaspetro	-	-	-	21	-	2.672
	BR Distribuidora	-	-	-	-	15.334	-
	Mitsui	-	-	-	22	-	2.672

(1) Informação líquida de impostos

Os valores de R\$ 21 e de R\$ 38 registrados em Contas a pagar a parte relacionadas referem-se ao reembolso da remuneração do diretor administrativo e financeiro e diretor técnico e comercial para as acionistas Mitsui e Gaspetro.

NOTA 36. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens que compõem o ativo da concessão, por valores considerados pela Companhia suficientes para cobrir eventuais perdas.

Os valores correspondentes à garantia de cobertura de eventuais sinistros estão evidenciados na tabela:

DESCRIÇÃO	30/06/2019	31/12/2018
Responsabilidade Civil	20.000	20.000
Riscos Nomeados (Incêndio)	12.000	12.000
TOTAL	32.000	32.000

NOTA 37. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As transações financeiras efetuadas pela Companhia são pertinentes às suas atividades econômicas, envolvendo particularmente contas a receber e a pagar, e financiamentos de cunho operacional. Esses instrumentos, devido a sua natureza, condições e prazos, têm seus valores contábeis registrados nos balanços patrimoniais próximos aos valores de mercado.

Gerenciamento dos riscos financeiros

A CEGÁS possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de Crédito (ii)
- Risco de Liquidez (iii)
- Risco de Mercado (iv)

(i) Estrutura de gerenciamento de risco

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da CEGÁS. O Conselho de Administração estabeleceu o Comitê de Auditoria Estatutária, que é responsável pelo

desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da CEGÁS. O Comitê reporta periodicamente ao Conselho de Administração sobre suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da CEGÁS são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A CEGÁS através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os empregados tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria da Companhia supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência às políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais a Companhia está exposta. O Comitê de Auditoria é suportado pela Coordenadoria de Auditoria Interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nas políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado destes procedimentos é reportado para o Comitê de Auditoria.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

A Companhia está exposta ao risco de crédito de instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa e equivalente de caixa. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa e por contas a receber em 30 de junho de 2019.

A administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa são reduzidos em função de suas operações serem realizadas com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

A CEGÁS está exposta a possibilidade das perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes. Para mitigar este risco, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes e acompanhamento permanente das posições em aberto.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A Companhia utiliza seus recursos principalmente com despesas de capital, despesas operacionais e pagamentos de dividendos.

A abordagem da CEGÁS na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

30/06/2019	Valor Contábil	Até 12 meses	1 - 2 anos	3 - 5 anos
Fornecedores	72.741	72.741	-	-
Empréstimos e financiamentos	64.200	20.921	14.750	28.529
Provisão para contingências	45.513	6		45.507
Outras contas a pagar	4.664	4.597	67	-
Total	187.118	98.265	14.817	74.036

31/12/2018	Valor Contábil	Até 12 meses	1 - 2 anos	3 - 5 anos
Fornecedores	31.453	31.453	-	-
Empréstimos e financiamentos	53.556	19.527	14.786	19.243
Provisão para contingências	43.317	6	-	43.311
Outras contas a pagar	4.620	4.620	-	-
Total	132.946	55.606	14.786	62.554

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia possui aplicações financeiras indexadas a variação do CDI, expondo este ativo financeiro às flutuações nas taxas de juros conforme demonstrado no quadro de sensibilidade a seguir:

Instrumentos	Exposição ao Risco em 30/06/2019	Risco	% a.a (a)	Cenários			
				Elevação do índice em 25%		Elevação do índice em 50%	
				%	Valor	%	Valor
Ativo Financeiro							
Aplicações financeiras (b)	3.916	CDI	6,30	7,88	62	9,46	123
					62		123

Instrumentos	Exposição ao Risco em 30/06/2019	Risco	% a.a (a)	Cenários			
				Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
				%	Valor	%	Valor
Ativo Financeiro							
Aplicações financeiras (b)	3.916	CDI	6,30	4,73	(62)	3,15	(123)
					(62)		(123)

(a) Taxa de juros efetiva.

(b) Representam as aplicações financeiras de curto e longo prazo – Notas explicativas 5 e 12.

NOTA 38. OUTROS ASSUNTOS

A Lei nº 13.303/2016 disciplina a exploração direta de atividade econômica pelo Estado por intermédio de suas empresas públicas e sociedades de economia mista. A lei trouxe mudanças relevantes estabelecendo mecanismos de transparência e governança a serem observados tais como: regras para divulgação de informações, práticas de gestão de risco, códigos de conduta, constituição de funcionamento dos conselhos, requisitos mínimos para nomeação de dirigentes, além de normas específicas de licitações e contratos.

A Companhia já está aplicando a referida norma desde o exercício de 2018.

Hugo Santana de Figueirêdo Junior
Diretor Presidente

Fábio Augusto Norcio
Diretor Adm. e Financeiro

Fabício Bomtempo de Oliveira
Diretor Técnico e Comercial

Mardônio Barbosa da Silva
Contador CRC-CE 019178/O-8